

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.745 - SC (2019/0214969-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : ALAOR ARI GARCIA
AGRAVANTE : ALCEMIR ALMIR ALVES
AGRAVANTE : ALCI OLIVEIRA SAGÁS
AGRAVANTE : ALCIBIADES JOSE DE ANDRADE
AGRAVANTE : ALCIDEMAR DE OLIVEIRA SAGÁS
AGRAVANTE : ALCIDES ARTHUR BALDANÇA
AGRAVANTE : ALCIDES NATAL CAMILLO
AGRAVANTE : ALCILENE RUTE ALVES OLIVEIRA
AGRAVANTE : ALCINA ALCIDES DA SILVA
AGRAVANTE : ALBA LUCIA DA SILVA CIRILO
ADVOGADOS : HEROLDES BAHR NETO - PR023432
SAULO BONAT DE MELLO - SC017615
AGRAVADO : CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADO : LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(S) - DF001530A

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação das Súmulas n. 7 do STJ e 282 do STF (e-STJ fls. 1.058/1.061).

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo dos agravantes, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 807):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. VAZAMENTO DE ÓLEO DE TRANSFORMADORES NA SUBESTAÇÃO DESATIVADA DA CELESC. MARICULTURA. ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM GOVERNADOR CELSO RAMOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DOS AUTORES. EMBARGO QUE AFETOU A REGIÃO POR APENAS QUATRO DIAS. TEMPO INSUFICIENTE PARA IMPEDIR O CULTIVO E A EXTRAÇÃO DOS MOLUSCOS. ATO LESIVO NÃO CONFIGURADO. DANOS MATERIAIS E MORAIS NÃO COMPROVADOS. NEXO DE CAUSALIDADE ROMPIDO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS ARBITRADOS. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 925/929).

No recurso especial (e-STJ fls. 931/948), com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, os recorrente apontaram negativa de vigência dos arts. 104 do CDC e 21 da Lei n. 7.347/1985, sustentando, em síntese, a necessidade de suspensão das ações individuais.

Alegaram também afronta aos arts. 43, 55, § 1º, e 59 do CPC/2015, pretendendo a anulação do acórdão recorrido por impossibilidade de modificação de competência jurisdicional por "conexão imprópria".

Suscitaram violação dos arts. 489, 1.022 e 1.025 do CPC/2015, pugnando pela nulidade da decisão que rejeitou os embargos de declaração e manteve as omissões e contradições apontadas.

Por fim, sustentaram ofensa aos arts. 927 do CC/2002, 374 do CPC/2015 e 14,

§ 1º, da Lei n. 6.938/1981, argumentando que o recorrido deveria reparar os danos decorrentes do vazamento de óleo.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 1.048/1.055).

No agravo (e-STJ fls. 1.063/1.072), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 1.075/1.082).

É o relatório.

Decido.

O recurso não especificou as questões consideradas omissas e contraditórias, limitando-se à alegação genérica de nulidade da decisão que rejeitou os embargos de declaração e manteve os vícios apontados. Com efeito, é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o "Recurso especial que suscita negativa de prestação jurisdicional, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, sem indicar precisamente o ponto que supostamente estaria omissa, contraditório, obscuro ou com erro material, é deficiente em sua fundamentação e atrai a aplicação do óbice descrito na Súmula 284/STF" (AgInt no AREsp 1.343.812/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe 12/4/2019).

Ademais, a tese apresentada pelos recorrentes quanto à impossibilidade de modificação da competência jurisdicional por "conexão imprópria" não foi debatida na origem, carecendo assim de prequestionamento e sofrendo, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

O Tribunal de origem enfrentou assim as questões de inexistência de ato lesivo e de ausência de comprovação de danos materiais e morais (e-STJ fls. 812/815):

Em suas razões, afirmam os apelantes que a ampla divulgação negativa na mídia sobre a possível contaminação dos peixes, ostras e mariscos cultivados, independentemente de estarem ou não na área embargada, causou enorme prejuízo, não só material, mas também moral aos autores e suas famílias, motivo pelo qual pugnam pelo pagamento de compensação correspondente aos prejuízos de toda ordem supostamente sofridos.

Razão não lhes assiste.

Isso porque, ainda que os demandantes afirmem terem sofrido danos patrimoniais - danos emergentes e lucros cessantes e morais, verifica-se, de todo modo, que o embargo da atividade de pesca e maricultura perdurou por apenas quatro dias no local de domicílio dos autores e de exercício da atividade - Governador Celso Ramos - (fls. 198-204), tempo, portanto, insuficiente para impedir a extração dos moluscos ou comprometer a safra, mormente porque a região não foi atingida pelo vazamento de óleo, conforme atestou laudos técnicos acostados nos autos da Ação Civil Pública.

[...]

Ora, ainda que os apelantes afirmem terem sofrido com os reflexos negativos da repercussão midiática do episódio, verifica-se a inexistência nos autos de qualquer prova documental capaz de demonstrar os rendimentos geralmente auferidos com a atividade exercida anteriormente ao fato, imprescindível à parametrização das alegadas consequências sofridas com a queda da produção e comercialização dos organismos marinhos após o evento.

De igual modo, o depoimento da única testemunha colhido (fls. 739-740) tampouco forneceu elementos de convicção aptos a comprovar os arguidos danos, bem como a sua extensão.

Sendo assim, inexistente a demonstração do efetivo ato lesivo aos autores/pescadores, assim como a capacidade deste gerar prejuízo aos ofendidos - principalmente diante da não comprovação dos alegados danos materiais e morais sofridos, bem como da ausência de exposição pormenorizada do abalo anímico causado a cada um dos demandantes -, mostra-se patente o rompimento do nexo de causalidade e, consequentemente, o dever da ré indenizar os apelantes.

A ausência de prova do prejuízo, a afirmação de que a atividade dos recorrentes se realizava fora da área atingida e a conclusão de que os autores sofreram embargo de pesca por apenas quatro dias foram elementos centrais na fundamentação dos autos para o deslinde do caso examinado em minúcia pelo Tribunal de origem.

No presente caso, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Por fim, quanto à necessidade de suspensão das ações individuais, é de se destacar o pronunciamento do Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 929):

Ademais, este Colegiado já consignou quanto à solicitada suspensão das ações individuais que:

[...] A ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal com o escopo de proteger direito coletivo e transindividual, não constitui prejudicial externa determinante da suspensão do presente processo individual, que analisa a responsabilidade civil sob a ótica da teoria do risco criado, bem como as peculiaridades inerentes a cada ofendido e os prejuízos efetivamente comprovados, passando ao largo da discussão atinente à ocorrência ou não de dano ambiental. [...] (Apelação Cível n. 0814116-12.2013.8.24.0023, da Capital, Rel. Des. Luiz César Medeiros, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 20-11-2018).

Sendo assim, eventual insatisfação da parte para com a conclusão imprimida por este Relator à controvérsia não se presta a infirmá-la, pois desígnio dessa sorte, reitera-se, não encontra pouso na via aclaratória.

Como se extrai da citação acima, o Tribunal de origem asseverou que não cabe a suspensão da presente demanda em virtude da ação coletiva porque está evidenciada a independência entre elas, sendo que a demanda coletiva visa proteger direito difuso em prol de toda a coletividade, enquanto, neste processo individual, o objeto é a responsabilidade civil da recorrida sob a ótica da teoria do risco criado, tendo por pressuposto um dano individual a ser demonstrado pela parte recorrente, passando ao largo da discussão atinente à ocorrência ou não de dano ambiental.

Diante desse cenário, verifica-se que os ora agravantes não cuidaram de impugnar fundamento suficiente para manutenção do acórdão recorrido.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor da Súmula n. 283 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo. Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem (e-STJ fl. 114), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator